

BB Administradora de Consórcios S.A.

Setor Bancário Sul - Brasília-DF - CNPJ 06.043.050/0001-32

Semestre encerrado em 30.06.2016

Relatório da Administração

A EMPRESA

A BB ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS S.A. - BB Consórcios - é uma subsidiária integral do Banco do Brasil S.A., com sede em Brasília (DF), que tem por objeto principal a organização e administração de grupos de consórcio destinados a facilitar o acesso a bens móveis duráveis, bens imóveis e serviços aos seus clientes.

ATUAÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DE PRODUTOS

A BB Consórcios consolida-se entre as maiores administradoras de consórcios do mercado e registrou, ao final do primeiro semestre de 2016, mais de 623 mil participantes ativos. De acordo com informação divulgada pelo Banco Central em julho de 2016 (dados de maio/2016), mantém a 3ª posição no ranking geral das administradoras de consórcio e a 2ª posição entre as administradoras vinculadas a instituições financeiras.

A carteira concentra 96,1% de sua composição nas modalidades de automóveis (92,9%) e imóveis (3,2%), resultado da estratégia comercial com foco nos segmentos de tickets mais elevados aderente à atuação dos demais bancos. Destaque para o segmento de automóveis, representado por mais de 579 mil participantes ativos, posicionando-se como a 2ª maior administradora do mercado neste segmento.

Cabe ressaltar que a BB Consórcios é a única administradora ligada a instituição financeira que oferta todos os segmentos de produtos, abrangendo as modalidades de motocicletas, eletroeletrônicos e serviços, além das destacadas acima.

No primeiro semestre de 2016, foram comercializadas mais de 56 mil novas cotas de consórcio, que representaram R\$ 2,19 bilhões em volume de negócios. Na economia, a BB Consórcios disponibilizou valor superior a R\$ 1,56 bilhões, decorrente do pagamento de mais de 52 mil bens e serviços, gerando, cada vez mais, negócios para os diversos elos da cadeia produtiva.

AÇÕES ESTRATÉGICAS

No primeiro semestre de 2016, as ações estratégicas mantiveram direcionamento voltado à comercialização de produtos de maior valor, a exemplo dos planos para automóveis com cartas de até R\$ 140 mil, cuja iniciativa visa atender a demanda do mercado.

Já no segmento de imóveis, o volume comercializado no período apresentou crescimento de 29% em relação ao mesmo período do ano anterior.

Outro ponto a se destacar é a elevação das vendas por meio de canais alternativos, que tem reforçado a distribuição e venda dos produtos de consórcio, de forma complementar à rede de agências do Banco do Brasil. Mais de 9 mil operações foram originadas nos canais de autoatendimento e parceiros, correspondendo a R\$ 376 milhões em volume de negócios.

INICIATIVAS SOCIAIS E SUSTENTÁVEIS

Em continuidade às ações voltadas às iniciativas sociais e sustentáveis, a BB Consórcios mantém grupos destinados a aquisição de bens e serviços sustentáveis, dando continuidade à estratégia lançada no ano anterior para aquisição de bens não poluentes. A iniciativa visa permitir a compra de bicicletas e bicicletas elétricas, também possibilita a aquisição de bens e serviços de eficiência energética e reuso de água, tais como placas fotovoltaicas, filtros de água, bombas e luminárias solares. Esta linha tem por objetivo contribuir para o desenvolvimento sustentável do país e permitir que famílias, empresas e propriedades rurais planejem a instalação de equipamentos que preservem os recursos naturais do país e vem ao encontro da política específica de responsabilidade socioambiental aprovada pela BB Consórcios, cujo objetivo é orientar o comportamento da administradora e estimular a adoção e disseminação de princípios de atuação em bases social e ambientalmente responsáveis.

SATISFAÇÃO DE CLIENTES

A BB Consórcios não figurou no ranking de Instituições por Índice de Reclamações no primeiro semestre de 2016, de acordo com as informações divulgadas pelo Bacen em 22 de julho. As ocorrências recebidas via BB Atende foram respondidas dentro do prazo legal.

No primeiro semestre de 2016, foram registradas 43 ocorrências no portal consumidor.gov.br, sendo que a administradora respondeu todas as ocorrências que lhe cabiam, no prazo médio de 5,5 dias, inferior ao limite de 10 dias estipulado pelo portal.

No âmbito interno do Banco do Brasil S.A., o Consórcio continua elencado na ação Solução Imediata (SIM), que permite a antecipação de valores questionados pelo cliente, antes de análise conclusiva, visando melhorar o atendimento e resolver as demandas no primeiro contato com o cliente.

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

No primeiro semestre de 2016, as receitas com prestação de serviços atingiram o montante de R\$ 238 milhões, incremento de 16,4% em relação ao mesmo período de 2015. O lucro líquido alcançou R\$ 117,8 milhões, representando um RSP/L de 70%.

No encerramento do semestre, o Patrimônio Líquido permaneceu com montante de R\$ 167,5 milhões.

CENÁRIO ECONÔMICO – MERCADO CONSÓRCIOS

De janeiro a abril de 2016, conforme dados da Associação Brasileira de Administradoras de Consórcios (ABAC), o mercado de consórcios apresentou R\$ 27,76 bilhões em volume de negócios.

Demonstrações Contábeis

Em milhares de Reais

BALANÇO PATRIMONIAL

ATIVO	Nota	30.06.2016	31.12.2015
ATIVO CIRCULANTE		387.636	348.148
Disponibilidades	4	45	38
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez		329.989	324.152
Aplicações em operações compromissadas	5.a	329.989	324.152
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos		23.083	11.421
Carteira própria	6.a	23.083	11.421
Outros Créditos		34.518	12.528
Créditos específicos	7.a	716	695
Diversos	7.b	33.802	11.833
Outros Valores e Bens		1	9
Despesas antecipadas		1	9
ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		814	19.087
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos		814	19.087
Carteira própria	6.a	814	19.087
PERMANENTE		36	38
Imobilizado		36	38
Móveis e equipamentos de uso		47	47
(-) Depreciação acumulada de móveis e equipamentos de uso		(11)	(9)
TOTAL DO ATIVO		388.486	367.273

Ainda segundo a ABAC, o número de vendas de novas cotas registradas até abril foi de 680,6 mil, somando 7,12 milhões de participantes ativos, equivalente ao crescimento de 0,4%, se comparado aos 7,09 milhões de participantes verificados no mesmo período de 2015. Considerando o viés positivo no total de consorciados ativos de abril, pouco acima da quantidade verificada em março de 2016 e no mesmo período do ano passado, é possível que o resultado anual supere as dificuldades decorrentes da falta de confiança e certa insegurança dos consumidores com relação ao emprego e ao futuro.

No primeiro quadrimestre deste ano, do total de veículos leves comercializados no mercado interno, 34,4% tiveram participação potencial do acumulado de 182 mil contemplados. No mesmo período de 2015, a comparação mostrava 23,7% da potencial presença, acréscimo de 10,7 pontos percentuais. No mercado de motocicletas, o crescimento foi ainda maior, de 25,3 pontos percentuais, passando de 60,3% para 85,6%.

Os números levantados pela ABAC mostram aumento da presença dos consórcios e registra a mudança gradual e consolidada do comportamento de consumidores interessados em adquirir esses bens por meio do Sistema de Consórcios e demonstram que o consorciado, mesmo ao atravessar dificuldades econômicas, optou pela aquisição de bens por meio do consórcio, assumindo compromissos financeiros mais coerentes com o momento, levando em conta orçamento e disponibilidades.

Para o semestre que se inicia, é possível antever o crescimento do mercado de consórcios, apoiado na conscientização, cada vez maior, do consumidor sobre educação financeira.

GOVERNANÇA CORPORATIVA

A BB Consórcios possui uma estrutura de governança corporativa formada pelo Conselho de Administração, composto por cinco membros e assessorado pelo Comitê de Auditoria, e pela Diretoria Executiva, composta por três diretores estatutários. A BB Consórcios possui ainda um Conselho Fiscal composto por três membros titulares e três suplentes.

A Administradora adota as boas práticas de governança onde as decisões são tomadas de forma colegiada por meio de comitês e subcomitês que garantem maior agilidade e segurança ao processo de tomada de decisão.

CAPITAL HUMANO

O quadro de colaboradores, no encerramento do semestre, era composto por 34 funcionários ativos e 3 diretores estatutários, todos cedidos pelo Banco do Brasil S.A.

A política de valorização dos profissionais adotada pela BB Consórcios contempla a oferta de oportunidades de desenvolvimento e ascensão, além da implementação de melhoria nas condições do ambiente e no clima organizacional.

Durante o semestre, foram desenvolvidas, ainda, ações de reconhecimento, integração e promoção da qualidade de vida no trabalho, buscando significado e sentido à atividade de cada funcionário e satisfação em fazer parte da BB Consórcios.

GESTÃO DE RISCOS

O Conjunto Corporativo de Riscos Relevantes da BB Consórcios é atualmente composto pelos riscos de Mercado, Liquidez, Crédito e Operacional.

O modelo de gestão de riscos adotado pela Administradora contempla as fases de identificação, avaliação, controle, mitigação e monitoramento, e, alinha-se à metodologia utilizada pelo Controlador. Sua aplicação permite a identificação e classificação dos eventos que podem influenciar o cumprimento dos objetivos estratégicos, e a escolha das respostas aos riscos de acordo com os limites de apetite e tolerância declarados. É periodicamente avaliado pelas áreas de controle e risco do conglomerado BB.

O Conselho de Administração estabelece as diretrizes e supervisão o processo de gestão de riscos corporativos, que é contínuo e flui através da organização, sendo conduzido pela Diretoria Executiva e demais funcionários em todos os níveis hierárquicos.

CONTROLES INTERNOS

O processo de gerenciamento dos controles internos na BB Consórcios é efetivo e consistente com a natureza e complexidade das operações realizadas, e, tem proporcionado com razoável segurança o atingimento dos objetivos da empresa, a fidelidade das demonstrações financeiras e a aderência aos normativos internos e externos. É periodicamente avaliado pelas áreas de controle e risco do conglomerado BB.

A Gerência Controles Internos realiza periodicamente testes de conformidade visando à mitigação do risco de compliance. Também utiliza metodologia estruturada para avaliar a eficácia dos controles-chave alinhados aos processos, com o objetivo de identificar oportunidade de melhorias.

AUDITORIA INDEPENDENTE

A BB Consórcios utiliza-se do serviço técnico profissional especializado prestado pela KPMG Auditores Independentes, que tem por objetivo a emissão de parecer sobre a adequação dos procedimentos contábeis, os controles internos e o cumprimento de dispositivos legais e regulamentares.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Agradecemos aos nossos clientes e fornecedores pela confiança e credibilidade dispensada e aos nossos colaboradores pelo apoio, dedicação e profissionalismo que contribuíram para os resultados obtidos.

PASSIVO/PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota	30.06.2016	31.12.2015
PASSIVO CIRCULANTE		220.964	199.751
Outras Obrigações		220.964	199.751
Sociais e estatutárias	8.a	118.132	108.290
Fiscais e previdenciárias	8.b	66.618	67.873
Diversas	8.c	36.214	23.588
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		167.522	167.522
Capital		98.539	98.539
De domiciliados no país	10.a	98.539	98.539
Reservas de Lucros		68.983	68.983
10.b			
TOTAL DO PASSIVO		388.486	367.273

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

	Nota	1º Sem/2016	2º Sem/2015
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		20.176	20.867
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	6.b	20.176	20.867
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		20.176	20.867
OUTRAS RECEITAS/(DESPESAS) OPERACIONAIS		158.609	142.623
Receitas de prestação de serviços	9.a	238.002	221.679
Despesas de pessoal	9.b	(5.733)	(5.656)
Outras despesas administrativas	9.c	(7.106)	(5.795)
Despesas tributárias	11.c	(31.608)	(29.489)
Outras receitas operacionais	9.d	3.066	2.415
Outras despesas operacionais	9.e	(38.012)	(40.531)
RESULTADO OPERACIONAL		178.785	163.490
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS E PARTICIPAÇÕES		178.785	163.490
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		(60.794)	(55.262)
11.a			
PARTICIPAÇÃO DE ADMINISTRADORES NO LUCRO		(185)	(182)
LUCRO LÍQUIDO		117.806	108.046
Número de ações		14.100	14.100
Lucro por ação (R\$)		8.355,05	7.662,80

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO

	1º Sem/2016	2º Sem/2015
FLUXOS DE CAIXA PROVENIENTES DAS OPERAÇÕES		
Lucro antes dos Tributos e Participações	178.785	163.490
Ajustes ao Lucro antes dos Tributos e Participações	912	796
Provisões para passivos contingentes	909	794
Despesas de depreciação	3	2
Lucro Ajustado antes dos Tributos e Participações	179.697	164.286
Variações Patrimoniais	(69.582)	(64.491)
Aumento em aplicações interfinanceiras de liquidez	(5.837)	(35.783)
(Aumento) Redução em títulos e valores mobiliários	8.811	(3.250)
(Aumento) Redução em outros créditos	(21.673)	16.142
Imposto de renda e contribuição social pagos	(79.700)	(26.114)
Aumento (Redução) em outras obrigações	31.017	(15.486)
CAIXA GERADO PELAS OPERAÇÕES	110.115	99.795
FLUXOS DE CAIXA PROVENIENTES DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Aquisição de imobilizado de uso	--	(7)
CAIXA UTILIZADO PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
--	--	(7)
FLUXOS DE CAIXA PROVENIENTES DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Dividendos pagos	(110.108)	(99.870)
CAIXA UTILIZADO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	(110.108)	(99.870)
Variação Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa	7	(82)
Início do período	38	120
Fim do período	45	38
Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa	7	(82)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

EVENTOS	Nota	Reservas de Lucros		Lucros ou Prejuízos Acumulados	Total
		Reserva Legal	Reservas Estatutárias		
Saldos em 30.06.2015		98.539	19.708	49.275	167.522
Lucro líquido do período		--	--	--	108.046
Destinações: - Dividendos (R\$ 7.662,80 por ação)	10.c	--	--	--	(108.046)
Saldos em 31.12.2015		98.539	19.708	49.275	167.522
Mutações do período		--	--	--	--
Saldos em 31.12.2015		98.539	19.708	49.275	167.522
Lucro líquido do período		--	--	--	117.806
Destinações: - Dividendos (R\$ 8.355,05 por ação)	10.c	--	--	--	(117.806)
Saldos em 30.06.2016		98.539	19.708	49.275	167.522
Mutações do período		--	--	--	--

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS RECURSOS DE CONSÓRCIO CONSOLIDADA

ATIVO	30.06.2016	31.12.2015	PASSIVO	30.06.2016	31.12.2015
ATIVO CIRCULANTE	4.970.207	4.943.001	PASSIVO CIRCULANTE	4.970.207	4.943.001
Disponibilidades	1.855	121	Outras Obrigações	4.970.207	4.943.001
Aplicações Interfinanceiras	2.339.037	2.326.782	Obrigações com consorciados	1.725.095	1.920.568
Outros Créditos	2.629.315	2.616.098	Valores a repassar	57.134	69.888
Direitos junto a consorciados contemplados	2.629.315	2.616.098	Obrigações por contemplações a entregar	1.936.673	1.902.469
Normais	2.600.703	2.592.439	Recursos a devolver a consorciados	710.514	678.831
Em atraso	28.612	23.659	Recursos do grupo	412.073	371.245
COMPENSAÇÃO	16.304.925	15.964.509	COMPENSAÇÃO	16.304.925	15.964.509
Previsão mensal de recursos a receber de consorciados	201.944	202.928	Recursos mensais a receber de consorciados	201.944	202.928
Contribuições devidas ao grupo	8.534.729	8.321.348	Obrigações do grupo por contribuições	8.534.729	8.321.348
Conсорciados - bens a contemplar	7.568.252	7.440.233	Bens ou serviços a contemplar	7.568.252	7.440.233
TOTAL DO ATIVO	21.275.132	20.907.510	TOTAL DO PASSIVO	21.275.132	20.907.510

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES NAS DISPONIBILIDADES DE GRUPOS CONSOLIDADA

	1º Sem/2016	2º Sem/2015
DISPONIBILIDADES (início do período)		
Depósitos bancários	121	3.053
Aplicações financeiras do grupo	424.313	338.416
Aplicações financeiras vinculadas a contemplação	1.902.469	1.768.096
(+) RECURSOS COLETADOS	2.273.175	2.225.552
Contribuições para aquisição de bens	1.726.246	1.719.523
Taxa de administração	234.362	218.570
Contribuições ao fundo de reserva	59.592	59.769
Rendimentos de aplicações financeiras	122.093	118.926
Multas e juros moratórios	6.558	5.695
Prêmios de seguro	16.834	17.842
Custas judiciais	102	76
Reembolso de despesas de registro	5.689	5.556
Outros	101.699	79.594
(-) RECURSOS UTILIZADOS	2.259.185	2.008.214
Aquisição de bens	1.725.095	1.816.471
Taxa de administração	234.677	218.740
Multas e juros moratórios	3.276	2.855
Prêmios de seguro	20.548	14.763
Custas judiciais	342	312
Devolução à consorciados desligados	83.122	28.799
Despesas de registro de contrato	5.897	5.649
Outros	186.228	120.625
DISPONIBILIDADES (final do período)	2.340.893	2.326.903
Depósitos bancários	1.855	121

BB Administradora de Consórcios S.A.

Setor Bancário Sul - Brasília-DF - CNPJ 06.043.050/0001-32

Semestre encerrado em 30.06.2016

Notas Explicativas

1 - ADMINISTRADORA

1 - A BB CONSÓRCIOS E SUAS OPERAÇÕES

A BB Administradora de Consórcios S.A. (BB Consórcios) é uma subsidiária integral do Banco do Brasil S.A., constituída em 12 de dezembro de 2003 e sua sede está localizada no Setor Bancário Sul, Quadra 2, bloco E, 5º andar, Edifício Prime Business, Asa Sul, Brasília-DF. Tem por objeto a administração de grupos de consórcios destinados a facilitar o acesso a bens ou conjunto de bens móveis duráveis, bens imóveis e serviços aos seus clientes – incluindo pessoas físicas de baixa renda e microempresários – e a prática de todas as operações permitidas pelas disposições legais e regulamentares às administradoras de consórcios. O primeiro grupo de consórcio foi formado em abril de 2004.

Como parte integrante do Conglomerado Banco do Brasil, suas operações são conduzidas em um contexto que envolve um conjunto de empresas que atuam no mercado se utilizando, de forma compartilhada, da infraestrutura tecnológica e administrativa dessas empresas. Suas demonstrações contábeis devem ser entendidas nesse contexto.

2 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As Demonstrações Contábeis foram elaboradas a partir de diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações, com observância às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (Bacen), específicas para a atividade de consórcio.

A elaboração das demonstrações, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às administradoras de consórcios, requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis, quando for o caso. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem: os ativos fiscais diferidos, as antecipações de Imposto de Renda e Contribuição Social, provisão para as demandas cíveis, valorização de instrumentos financeiros e outras provisões. Os valores definitivos das transações envolvendo essas estimativas somente são conhecidos por ocasião da sua liquidação.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emite normas e interpretações contábeis, alinhadas às normas internacionais de contabilidade e aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários. O Conselho Monetário Nacional (CMN) aprovou os seguintes pronunciamentos, observados integralmente pela BB Consórcios, quando aplicável: CPC 00 (R1) – Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro, CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, CPC 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa - DFC, CPC 05 – Divulgação sobre Partes Relacionadas, CPC 10 (R1) – Pagamento Baseado em Ações, CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, CPC 24 – Evento Subsequente, CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes e CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados.

As demonstrações contábeis foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 09.08.2016.

3 - RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As políticas adotadas pela BB Consórcios são aplicadas de forma consistente em todos os períodos apresentados nestas demonstrações contábeis.

a) Apuração do Resultado

Em conformidade com o regime de competência, as receitas e as despesas são reconhecidas na apuração do resultado do período a que pertencem e, quando se correlacionam, de forma simultânea, independentemente de recebimento ou pagamento. As operações formalizadas com encargos financeiros pós-fixados são atualizadas pelo critério *pro rata die*, com base na variação dos respectivos indexadores pactuados, e as operações com encargos financeiros pré-fixados estão registradas pelo valor de resgate, retificado por conta de rendas a apropriar ou despesas a apropriar correspondentes ao período futuro.

As taxas de administração dos grupos de consórcios são escrituradas na administradora por ocasião de seu efetivo recebimento, quando é apropriada como receita (conforme Circular Bacen n.º 2.381/1993).

b) Caixa e Equivalentes de Caixa

Caixa e equivalentes de caixa estão representados por disponibilidades em moeda nacional, com alta liquidez e risco insignificante de mudança de valor justo. (Nota 4).

c) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas pelo valor de aplicação ou aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço e ajustados por provisão para perdas, quando aplicável (Nota 5).

d) Títulos e Valores Mobiliários - TVM

Os títulos e valores mobiliários adquiridos para formação de carteira própria são registrados pelo valor efetivamente pago, inclusive corretagens e emolumentos, e se classificam em função da intenção da empresa, em três categorias distintas, conforme Circular Bacen n.º 3.068/2001 (Nota 6):

Títulos para Negociação: títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem negociados ativa e frequentemente, ajustados mensalmente pelo valor de mercado. Suas valorizações e desvalorizações são registradas, respectivamente, em contas de receitas e despesas do período;

Títulos Disponíveis para Venda: títulos e valores mobiliários que poderão ser negociados a qualquer tempo, porém não são adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados. São ajustados mensalmente ao valor de mercado e suas valorizações e desvalorizações registradas, líquidas dos efeitos tributários, em conta de Ajuste de Avaliação Patrimonial no Patrimônio Líquido; e

Títulos Mantidos até o Vencimento: títulos e valores mobiliários que a BB Consórcios tem e dispõe de capacidade financeira e intenção para manter até o vencimento. Esses títulos não são ajustados pelo valor de mercado. A capacidade financeira está amparada em projeção de fluxo de caixa que desconsidera a possibilidade de venda desses títulos.

A metodologia de ajuste a valor de mercado dos títulos e valores mobiliários foi estabelecida com observância a critérios consistentes e verificáveis, que levam em consideração o preço médio de negociação na data da apuração ou, na falta desse, o valor de instrumentos financeiros similares ou o valor líquido provável de realização obtido com a utilização de metodologias de apuração de valor presente aderentes aos preços praticados no período.

Os rendimentos obtidos pelos títulos e valores mobiliários, independentemente de como estão classificados, são apropriados *pro rata die*, observando o regime de competência até a data do vencimento ou da venda definitiva, pelo método exponencial ou linear, com base nas suas cláusulas de remuneração e na taxa de aquisição distribuída no prazo de fluência, reconhecidos diretamente no resultado do período.

As perdas com títulos classificados como disponíveis para venda e como mantidos até o vencimento, que não tenham caráter de perdas temporárias, são reconhecidas diretamente no resultado do período e passam a compor a nova base de custo do ativo.

Quando da alienação, a diferença apurada entre o valor da venda e o custo de aquisição atualizado pelos rendimentos é considerada como resultado da transação, sendo contabilizada na data da operação como lucros ou prejuízos com títulos e valores mobiliários.

e) Provisão para Outros Créditos

As provisões para outros créditos são constituídas em montante julgado suficiente à cobertura de riscos dos créditos a receber, observando o valor de mercado. A BB Consórcios não possui saldo de provisão para outros créditos em 30.06.2016.

f) Tributos

Os tributos são apurados com base nas alíquotas demonstradas no quadro a seguir:

Tributos	Alíquotas
Imposto de Renda - IR (15% + adicional de 10%)	25%
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL	9%
Pis/Pasep	1,65%
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins	7,6%
Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN	5%

Os ativos fiscais diferidos (créditos tributários) e os passivos fiscais diferidos são constituídos pela aplicação das alíquotas vigentes dos tributos sobre suas respectivas bases. Para constituição, manutenção e baixa dos ativos fiscais diferidos são observados os critérios estabelecidos pela Resolução CMN n.º 3.059/2002, alterada pela Resolução CMN n.º 3.355/2006 e CMN n.º 4.192/2013, e estão suportados por estudo de capacidade de realização.

g) Redução ao Valor Recuperável de Ativos não Financeiros - Imparidade

A BB Consórcios avalia, com base em fontes internas e externas, se há alguma indicação de que um ativo não financeiro possa ter sofrido desvalorização. Se houver indicação de desvalorização, a BB Consórcios estima o valor recuperável do ativo, que é o maior entre: i) seu valor justo menos os custos para vendê-lo; e ii) o seu valor em uso.

No mínimo anualmente, para a realização do teste de imparidade, a BB Consórcios elabora estudo para verificar se existe indicação de desvalorização de ativos alcançados pelo CPC 01, segundo critérios técnicos definidos pela Administração.

Se o valor recuperável do ativo for menor que o seu valor contábil, o valor contábil do ativo é reduzido ao seu valor recuperável por meio de uma provisão para perda por imparidade, que é reconhecida na Demonstração do Resultado.

h) Provisões, Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25 – Provisões, Ativos Contingentes e Passivos Contingentes, aprovado pela Circular CMN n.º 3.823/2009.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações contábeis, porém, quando há evidências que propiciem a garantia de sua realização, usualmente representado pelo trânsito em julgado da ação e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação por outro exigível, são reconhecidos como ativo.

Os passivos contingentes são reconhecidos nas demonstrações contábeis quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável (Nota 14.b) o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, sendo quantificados quando da citação/notificação judicial e revisados mensalmente.

Considera-se o valor indenizatório pretendido, o valor provável de condenação, provas apresentadas e provas produzidas nos autos, jurisprudência sobre a matéria, subsídios fáticos levantados, decisões judiciais que vierem a ser proferidas na ação, classificação e grau de risco de perda da ação judicial.

Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis não são reconhecidos nas demonstrações contábeis, devendo ser apenas divulgados nas notas explicativas (Nota 14.c), e os classificados como remotos não requerem provisão e nem divulgação.

As obrigações legais (fiscais e previdenciárias) são derivadas de obrigações tributárias previstas na legislação, independentemente da probabilidade de sucesso de processos judiciais em andamento, que têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis.

i) Moeda Funcional

A moeda funcional e de apresentação das demonstrações contábeis da BB Consórcios é o Real (R\$).

j) Gerenciamento de Riscos

A Administração da BB Consórcios adota política conservadora, seguindo a política de gerenciamento de riscos adotada pelo conglomerado Banco do Brasil. As disponibilidades e as aplicações financeiras são mantidas e realizadas com o seu controlador, o que minimiza o risco de crédito dos ativos da Empresa.

4 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	R\$ mil	
	30.06.2016	31.12.2015
Disponibilidades	45	38
Total	45	38

5 - APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

Correspondem a aplicações financeiras efetuadas junto ao Banco do Brasil S.A. em operações compromissadas, lastreadas por LFT, com taxa de remuneração de mercado.

a) Composição

	R\$ mil	
	30.06.2016	31.12.2015
Aplicações em Operações Compromissadas		
Letras financeiras do tesouro - Posição bancada	329.989	324.152
Total	329.989	324.152

b) Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

	R\$ mil	
	1º Sem/2016	2º Sem/2015
Rendas de aplicações em operações compromissadas - Posição bancada	18.696	18.890
Total	18.696	18.890

6 - TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

a) Títulos e Valores Mobiliários – TVM

Vencimento em dias	R\$ mil			
	30.06.2016		31.12.2015	
	Sem Vencimento	Acima de 360	Valor de Custo	Valor de Mercado
1 – Títulos para negociação	23.083	--	23.083	23.083
Títulos privados	23.083	--	23.083	23.083
Cotas de fundos de investimentos	23.083	--	23.083	23.083
2 – Títulos disponíveis para venda	--	814	814	814
Títulos privados	--	814	814	814
CDB - Instituição financeira ligada	--	814	814	814
Total	23.083	814	23.897	23.897

Por carteira	R\$ mil			
	30.06.2016		31.12.2015	
	Circulante	Longo Prazo	Circulante	Longo Prazo
Por carteira	23.083	814	23.897	11.421
Carteira própria	23.083	814	23.897	11.421

Por categoria	R\$ mil			
	30.06.2016		31.12.2015	
	Valor	%	Valor	%
1 – Títulos para negociação	23.083	100%	30.508	100%
2 – Títulos disponíveis para venda	814	3%	19.087	37%

b) Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários

	R\$ mil	
	1º Sem/2016	2º Sem/2015
Rendas de aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 5.b)	18.696	18.890
Rendas de títulos de renda fixa	349	1.221
Rendas de aplicações em fundos de investimentos	1.131	756
Total	20.176	20.867

c) Instrumentos Financeiros Derivativos – IFD

Em 30.06.2016 e 31.12.2015 não havia instrumentos financeiros derivativos em aberto.

7 - OUTROS CRÉDITOS

a) Créditos Específicos

	R\$ mil	
	30.06.2016	31.12.2015
Valores pendentes de recebimento - cobrança judicial	662	641
Outros	54	54
Total	716	695

b) Diversos

	R\$ mil	
	30.06.2016	31.12.2015
Impostos e contribuições a compensar	27.716	6.115
Devedores por depósitos em garantia (Nota 14.d)	2.065	1.653
Ativo fiscal diferido - crédito tributário (Nota 11.d)	1.758	1.449
Devedores diversos - País ⁽¹⁾	1.306	1.359
Títulos e créditos a receber	957	1.257
Total	33.802	11.833

(1) Inclui o montante de R\$ 1.070 mil (R\$ 1.118 mil em 31.12.2015) referente a adiantamentos para encerramento de grupos de consórcios.

8 - OUTRAS OBRIGAÇÕES

a) Sociais e Estatutárias

	R\$ mil	
	30.06.2016	31.12.2015
Dividendos e bonificações a pagar	117.806	108.046
Provisão para participações nos lucros	185	--
Gratificações e participações a pagar	141	244
Total	118.132	108.290

b) Fiscais e Previdenciárias

	R\$ mil	
	30.06.2016	31.12.2015
Provisão para impostos e contribuições sobre lucros	61.103	--
Impostos e contribuições a recolher	5.449	5.135
Provisão para riscos fiscais (Nota 14.b)	66	30
Impostos e contribuições sobre lucros a pagar	--	62.708
Total	66.618	67.873

c) Diversas

	R\$ mil	
	30.06.2016	31.12.2015
Obrigações por recursos de consórcios - grupos encerrados ⁽¹⁾	18.576	9.370
Valores a pagar a sociedades ligadas	7.005	7.022
Credores diversos - País ⁽²⁾	5.529	2.965
Provisão para demandas cíveis (Nota 14.b)	5.104	4.231
Total	36.214	23.588

(1) Refere-se a valores devidos a consorciados ainda pendentes de pagamento.

(2) Valores relativos a grupos encerrados - recursos não distribuídos.

9 - OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS

a) Receitas de Prestação de Serviços

	R\$ mil	
	1º Sem/2016	2º Sem/2015
Taxa de administração de consórcios	231.974	216.280
Multa e juros recebidos	3.302	2.918
Taxa de cessão	2.726	2.481
Total	238.002	221.679

b) Despesas de Pessoal

	R\$ mil	
	1º Sem/2016	2º Sem/2015
Proventos	(2.982)	(2.921)
Encargos sociais	(1.638)	(1.635)
Honorários	(589)	(571)
Benefícios	(436)	(439)
Treinamento	(88)	(90)
Total	(5.733)	(5.656)

c) Outras Despesas Administrativas

	R\$ mil	
	1º Swem/2016	2º Sem/2015
Processamento de dados	(4.720)	(4.391)
Promoções e relações públicas	(723)	(21)
Propaganda e publicidade	(480)	--
Aluguéis	(303)	(310)
Comunicações	(222)	(189)
Manutenção e conservação de bens	(69)	(59)
Viagem	(58)	(49)
Publicações	(45)	(23)
Serviços técnicos especializados	(38)	(31)
Material de expediente	(37)	(16)
Água, energia e gás	(30)	(28)
Transportes	(25)	(23)
Serviços de terceiros	(20)	(15)
Contribuições filantrópicas	--	(400)
Outras	(336)	(240)
Total	(7.106)	(5.795)

d) Outras Receitas Operacionais

	R\$ mil	
	1º Sem/2016	2º Sem/2015
Taxa de permanência	1.929	1.510
Reversão/Baixa de passivos contingentes (Nota 14.b)	1.058	632
Variações monetárias ativas	74	59
Recuperação de encargos e despesas	5	193
Reversão - Custos Administrativos	--	21
Total	3.066	2.415

e) Outras Despesas Operacionais

	R\$ mil	
	1º Sem/2016	2º Sem/2015
Ressarcimento de encargos e despesas ao Banco do Brasil	(22.717)	(24.314)
Remuneração aos parceiros comerciais	(7.637)	(6.860)
Variações monetárias passivas	(2.062)	(1.987)
Passivos contingentes (Nota 14.b)	(1.967)	(1.426)
Atualização dos recursos dos consorciados	(893)	(599)
Demandas judiciais	(795)	(241)
Banco do Brasil - suporte operacional	(758)	(770)
Taxas e tarifas bancárias	(728)	(3.425)
Manutenção e desenvolvimento de sistema	(313)	(775)
Custos indiretos contadoria/Direção Geral	(106)	(103)
Outras	(36)	(31)</

BB Administradora de Consórcios S.A.

Setor Bancário Sul - Brasília-DF - CNPJ 06.043.050/0001-32

Semestre encerrado em 30.06.2016

c) Despesas Tributárias

	R\$ mil	
	1º Sem/2016	2º Sem/2015
ISSQN	(11.735)	(10.938)
Cofins	(16.350)	(15.276)
PIS/Pasep	(3.508)	(3.275)
Outras	(15)	--
Total	(31.608)	(29.489)

d) Ativo Fiscal Diferido (Crédito Tributário)

Ativado	R\$ mil			
	31.12.2015		30.06.2016	
	Saldo	1º Sem/2016	Baixa	Saldo
Diferenças Temporárias	1.449	323	(14)	1.758
Provisões passivas	1.449	311	(14)	1.746
Outras provisões	--	12	--	12
Total dos Créditos Tributários Ativados	1.449	323	(14)	1.758
Imposto de Renda	1.065	238	(10)	1.293
Contribuição Social	384	85	(4)	465

Expectativa de Realização dos Créditos Tributários

A expectativa de realização dos ativos fiscais diferidos (créditos tributários) respalda-se em estudo técnico elaborado em 30.06.2016, sendo o valor presente apurado com base na taxa média de captação para o período de apuração.

	R\$ mil	
	Valor Nominal	Valor Presente
Em 2017	35	29
Em 2018	266	202
Em 2019	329	225
Em 2020	370	229
Em 2021	332	187
Em 2022	196	101
Em 2023	139	65
Em 2024	67	29
Em 2025	24	10
Total	1.758	1.077

No 1º semestre de 2016, observou-se a realização de créditos tributários na BB Consórcios S.A. no montante de R\$ 14 mil, superior à respectiva projeção para o período de 2016, constante do estudo técnico elaborado em 31.12.2015.

12 - PARTES RELACIONADAS

Os custos com a remuneração e benefícios de curto prazo atribuídos à Diretoria e ao Conselho de Administração foram de R\$ 505 mil (R\$ 492 mil no 2º semestre de 2015) e ao Conselho Fiscal foram de R\$ 84 mil (R\$ 79 mil no 2º semestre de 2015).

A BB Consórcios não concede empréstimos ao Pessoal Chave da Administração, em conformidade com a proibição a toda instituição financeira estabelecida pelo Banco Central do Brasil.

ABB Consórcios realiza com seu controlador Banco do Brasil S.A., transações bancárias, tais como depósitos em conta corrente (não remunerados), operações com instrumentos financeiros, depósitos remunerados e operações compromissadas. Há, ainda, contrato de prestação de serviços e convênio para rateio/ressarcimento de despesas e custos diretos e indiretos. A BB Consórcios celebrou, em 11/03/2015, a novação desse convênio de ressarcimento de despesas e rateio de custos diretos e indiretos com o Banco do Brasil S.A., com vigência retroativa a 01/02/2015 e com prazo de duração de 5 (cinco) anos.

Tais transações são praticadas em condições e taxas compatíveis com as praticadas com terceiros, quando aplicável. Essas operações não envolvem riscos anormais de recebimento.

Sumário das Transações com Partes Relacionadas

Saldos das operações ativas e passivas da BB Consórcios com o controlador em 30.06.2016 e 31.12.2015 e resultados no 1º semestre de 2016 e 2º semestre de 2015:

	R\$ mil	
	30.06.2016	31.12.2015
Ativos		
Disponibilidades (Nota 4)	45	38
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 5.a)	329.989	324.152
Títulos e valores mobiliários - CDB - Instituição financeira ligada (Nota 6.a)	814	19.087
Passivos		
Outras obrigações - sociais e estatutárias - dividendos (Nota 8.a)	117.806	108.046
Valores a pagar a sociedade ligadas (Nota 8.c)	7.005	7.022

	R\$ mil	
	1º Sem/2016	2º Sem/2015
Resultado		
Rendas de aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 5.b)	18.696	18.890
Rendas de títulos de renda fixa (Nota 6.b)	349	1.221
Ressarcimento de encargos e despesas ao Banco do Brasil (Nota 9.e)	(22.717)	(24.314)
Outras despesas operacionais ⁽¹⁾	(1.908)	(7.214)
Despesas de pessoal	(5.667)	(5.638)
Despesas administrativas diversas ⁽²⁾	(3.668)	(2.395)
Variações monetárias passivas (Nota 9.e)	(2.062)	(1.987)

(1) Refere-se às transações de despesas de remuneração aos parceiros comerciais, taxas e tarifas bancárias, manutenção e desenvolvimento de sistema, suporte operacional – Banco do Brasil e custos indiretos contábil/Direção Geral.

(2) No 1º semestre de 2016 está incluída como transação mais significativa a despesa de processamento de dados no valor de R\$ 2.579 mil (R\$ 1.863 mil no 2º semestre de 2015).

13 - REMUNERAÇÃO DE EMPREGADOS E ADMINISTRADORES

Em 25.10.2011, foi assinado convênio de cessão de funcionários do Banco do Brasil S.A. para a BB Consórcios, para o exercício de funções dos níveis Diretivo, Gerencial e outros cargos de confiança. A cessão dá-se na forma de disponibilidade sem ônus. O Banco do Brasil S.A. continua processando a folha de pagamento dos funcionários cedidos, mediante ressarcimento mensal pela BB Consórcios de todos os custos decorrentes.

	30.06.2016	31.12.2015
Número de Funcionários Cedidos pelo Banco do Brasil	37	37
Maior Salário (em R\$)	36.551,76	34.646,22
Menor Salário (em R\$)	7.141,40	7.141,40
Salário Médio (em R\$)	12.501,20	12.379,43

14 - PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS

a) Ativos Contingentes

Não são reconhecidos ativos contingentes nas demonstrações contábeis, conforme CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, aprovado pela Resolução CMN n.º 3.823/2009.

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis

À
Diretoria e ao Acionista da
BB Administradora de Consórcios S.A.
Brasília - DF

Examinamos as demonstrações contábeis da BB Administradora de Consórcios S.A. ("BB Consórcios"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, bem como as demonstrações consolidadas dos recursos de consórcio em 30 de junho de 2016 e das variações consolidadas nas disponibilidades dos grupos de consórcios para o semestre findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações contábeis

A Administração da BB Consórcios é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da BB Consórcios para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da BB Consórcios. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da BB Administradora de Consórcios S.A. em 30 de junho de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, bem como a posição patrimonial e financeira consolidada dos grupos de consórcios em 30 de junho de 2016 e as variações consolidadas nas disponibilidades dos grupos de consórcios para o semestre findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Brasília, 9 de agosto de 2016.

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-DF

Marcelo Faria Pereira
Contador CRC RJ-077911/O-2



Diretoria

Presidente
Alexandre Luis dos Santos

Diretor Executivo
João Marques do Vale
Paulo Ivan Rabelo

Conselho de Administração
Edmar José Casalatina (Presidente)
Simão Luiz Kovalski (Vice-Presidente)
Tarcísio Hübner
Bruno Nunes Sad
Moisés de Sousa Carvalho Pereira

b) Passivos Contingentes – Prováveis

Ações Fiscais

Ações fiscais que tramitam no Tribunal de Justiça de Minas Gerais referente à cobrança de IPVA.

Ações Cíveis

As ações movidas contra a BB Consórcios têm objeto em pedidos de indenização com base em alegações de danos fundamentados no Código de Defesa do Consumidor, bem como em pedidos de revisão de cláusulas contratuais e repetição de indébito. Essas ações, em sua maioria, foram ajuizadas no âmbito dos Juizados Especiais Cíveis.

Movimentações nas provisões para demandas fiscais e cíveis classificadas como prováveis

	R\$ mil	
	1º Sem/2016	2º Sem/2015
Demandas Fiscais		
Saldo Inicial	30	10
Constituição	36	20
Reversão da provisão	--	--
Baixa por pagamento	--	--
Saldo Final	66	30
Demandas Cíveis		
Saldo Inicial	4.231	3.457
Constituição	1.931	1.406
Reversão da provisão	(1.058)	(632)
Baixa por pagamento	--	--
Saldo final	5.104	4.231
Total das Demandas Fiscais e Cíveis	5.170	4.261

Cronograma esperado de desembolso

	R\$ mil	
	Fiscais	Cíveis
Até 5 anos	35	4.157
De 5 a 10 anos	23	925
Acima de 10 anos	8	22
Total	66	5.104

O cenário de incerteza de duração dos processos, bem como a possibilidade de alterações nas jurisprudências dos tribunais, tornam incertos os valores e o cronograma esperado de saídas.

c) Passivos Contingentes – Possíveis

Saldos dos passivos contingentes classificados como possíveis:

	R\$ mil	
	30.06.2016	31.12.2015
Demandas Cíveis	642	1.002
Demandas Fiscais	5	--
Total	647	1.002

d) Depósitos em Garantia de Recursos

Saldos dos depósitos em garantia constituídos para as contingências prováveis, possíveis e/ou remotas:

	R\$ mil	
	30.06.2016	31.12.2015
Demandas Cíveis	2.065	1.653
Total	2.065	1.653

II – GRUPOS DE CONSÓRCIO

1 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

ABB Consórcios obteve autorização para formar e administrar grupos de consórcio em 19.02.2004, conforme publicado no Diário Oficial da União de 25.02.2004.

2 – PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Aplicações Financeiras

Representam os recursos disponíveis ainda não utilizados pelos grupos. Os rendimentos dessas aplicações são incorporados ao fundo de reserva e fundo comum de cada grupo. As aplicações financeiras foram efetuadas em fundos de investimentos junto ao Banco do Brasil S.A.

b) Direitos Junto a Consorciados Contemplados

Representam os valores a receber dos consorciados contemplados.

c) Previsão Mensal de Recursos a Receber de Consorciados, Contribuições Devidas ao Grupo e Bens a Contemplar

São calculados com base no preço do bem vigente no último dia de cada mês.

d) Obrigações com Consorciados

Representam os recursos coletados quando da adesão dos consorciados aos grupos em formação e também os recursos do Fundo Comum dos Grupos em Andamento.

e) Valores a Repassar

Representam os valores devidos pelos Grupos em Andamento, a título de Taxa de Administração e Seguros.

f) Obrigações por Contemplações a Entregar

Representam os recursos de consorciados contemplados destinados à aquisição de bens/serviços.

g) Recursos a Devolver a Consorciados

Representam as obrigações dos grupos relativas aos recursos a serem devolvidos aos consorciados desistentes e excluídos.

h) Recursos do Grupo

Representam os valores líquidos dos recursos de Fundo de Reserva.

3 – INFORMAÇÕES GERAIS SOBRE OS GRUPOS

	30.06.2016	31.12.2015
Quantidade de consorciados ativos	623.503	644.779
Quantidade de consorciados desistentes e excluídos	209.929	204.714
Quantidade de bens pendentes de entrega	59.204	61.990
Quantidade de bens entregues no período	52.874	96.653
Quantidade de inadimplentes contemplados	21.425	19.834
Quantidade de grupos administrados	540	564
Taxa de administração média ponderada	15,48%	14,01%
Taxa de inadimplentes média ponderada de consorciados contemplados	3,44%	3,08%

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA

Introdução

O Banco do Brasil optou, conforme faculta o artigo 11 da Resolução 3.198/2004, pela constituição de comitê de auditoria único para o Banco Múltiplo e subsidiárias autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, entre elas a BB Administradora de Consórcios S.A. (BB Consórcios).

O Comitê de Auditoria, órgão estatutário de assessoramento do Conselho de Administração, tem como principais atribuições: revisar, previamente à publicação, o conjunto das demonstrações contábeis e avaliar a efetividade do sistema de controles internos e das auditorias interna e independente.

Os administradores da BB Consórcios são responsáveis por elaborar e garantir a integridade das demonstrações contábeis, gerir os riscos, manter sistema de controles internos efetivo e zelar pela conformidade das atividades às normas legais e regulamentares.

A Auditoria Interna do Conglomerado responde pela realização de trabalhos periódicos, com foco nos principais riscos a que a BB Consórcios está exposta, avaliando, com independência, as ações de gerenciamento desses riscos e a adequação da governança e dos controles internos, por meio de verificações quanto a sua qualidade, suficiência, cumprimento e efetividade.

A KPMG Auditores Independentes é responsável pela auditoria das demonstrações contábeis. Avalia, também, no contexto desse trabalho, a qualidade e adequação do sistema de controles internos e o cumprimento de dispositivos legais e regulamentares.

No endereço eletrônico www.bb.com.br/ri estão disponíveis o regimento interno do Comitê de Auditoria e canal para recepção de informações acerca do descumprimento de regulamentos e códigos internos e de dispositivos legais e normativos aplicáveis à Instituição.

Principais Atividades

O Comitê de Auditoria realizou reuniões regulares, em cumprimento ao seu plano de trabalho, com o Conselho de Administração, a administração e, também, com executivos do Banco das áreas que prestam serviços à BB Consórcios, tais como: auditoria, controles internos, gestão de riscos, risco operacional, contabilidade, segurança e governança.

Nessas reuniões abordou, em especial, assuntos relacionados ao sistema de controles internos, conformidade, aspectos contábeis, governança corporativa, tecnologia da informação e recomendações emitidas pelas auditorias interna e independente e por órgãos externos de fiscalização. Nas situações em que identificou necessidade de melhoria, recomendou aprimoramentos.

Manteve diálogo com as equipes das auditorias interna e independente, oportunizando em que apreciou os seus planejamentos, conheceu os resultados dos principais trabalhos e examinou suas conclusões e recomendações.

O Comitê revisou as demonstrações contábeis e notas explicativas e os relatórios da administração e do auditor independente.

Conclusões

Com base nas atividades desenvolvidas e tendo presente as atribuições e limitações inerentes ao escopo de sua atuação, o Comitê de Auditoria concluiu:

- o sistema de controles internos é adequado ao porte e à complexidade dos negócios da subsidiária e objeto de permanente atenção por parte da administração;
- a Auditoria Interna é efetiva e desempenha suas funções com independência, objetividade e qualidade;
- a auditoria independente é efetiva e não foram identificadas ocorrências que pudessem comprometer sua independência;
- as demonstrações contábeis apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da BB Consórcios em 30/06/2016, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Brasília-DF, 09 de agosto de 2016.

	Egídio Otmar Ames	
Antônio Carlos Correia	Elvio Lima Gaspar	Luiz Serafim Spinola Santos

Conselho Fiscal
Leopoldo Araujo Rodrigues (Presidente)
Julio Cesar Costa Pinto
Carlos Renato Bonetti

Comitê de Auditoria
Egídio Otmar Ames
Antônio Carlos Correia
Elvio Lima Gaspar
Luiz Serafim Spinola Santos

CONTADORIA
Eduardo Cesar Pasa
Contador Geral
Contador CRC DF 017.601/O-5
CPF 541.035.920-87